

A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal

André Luiz Lopez Valverde

Instituto de Energia e Ambiente – Universidade de São Paulo (IEE – USP)

andrellvalverde@gmail.com

Dr^a. Sônia Seger Pereira Mercedes

Instituto de Energia e Ambiente – Universidade de São Paulo (IEE – USP)

seger@usp.br

Resumo

A Teoria Marxista da Dependência, surgida na década de 1960, busca compreender as relações entre a América Latina e os países centrais do capitalismo. Utilizando diversas categorias analíticas, como a superexploração da força de trabalho e a dependência, seus teóricos vêm elaborando explicações e proposições para as situações vividas pelos países dependentes. Entretanto, desde a formulação da teoria, diferentes mudanças ocorreram no capitalismo mundial. Este artigo visa analisar como a Teoria Marxista da Dependência explica estas mudanças, indicando a aplicação e redefinição de conceitos desta teoria para compreender como as mudanças no capitalismo afetaram os países dependentes em seus aspectos externos e internos.

Palavras chave: Dependência; América Latina; Neoliberalismo

Abstract

The Marxist Dependency Theory (MDT), which emerged in the 1960's, seek to understand the relationship between Latin America and developed countries. Using various analysis categories, such as overexploitation of the workforce and dependence, formulated by its theorists, the tmd searched to explain and solve the situations experienced of underdevelopment in the dependent countries. However, since the formulation of the theory, different changes have taken place in world capitalism, this article analyzes how the MDT explains these changes, indicating the application and redefinition of concepts of this theory to understand how changes in capitalism affected the dependent countries its external and internal aspects.

Key Words: Dependency, Latin America, Neoliberalism

Introdução

Desde sua formulação, no final da década de 1960, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) estudou o capitalismo e suas relações nos países distantes do centro hegemônico da economia mundial a partir de um olhar crítico. Entretanto, como um sistema econômico dinâmico, o capitalismo modificou-se desde as primeiras construções teóricas da TMD. Após os anos 1960, inúmeros eventos alteraram o curso e a

economia dos países latino-americanos. Os choques do petróleo, as crises da dívida dos anos 1980, a redemocratização da maioria das nações latino-americanas e as políticas neoliberais da década de 1990 modificaram diversos elementos da vida econômica e social destes países.

Com esses eventos, a partir da década de 1990, iniciou-se um resgate da TMD, para uma posição central nas ciências sociais, buscando superar seu distanciamento, por diferentes motivos¹, do núcleo teórico dessas ciências. Nesse contexto, com as modificações ocorridas no sistema capitalista, torna-se importante questionar: de que maneira as categorias da TMD podem ser utilizadas para compreender a situação atual do capitalismo nas economias latino-americanas? Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo revisar e analisar as formas como diferentes estudiosos da TMD aplicam os conceitos desenvolvidos pela teoria para a América Latina do século XXI.

Esta pesquisa é qualitativa (Severino, 2015), pois seu objetivo busca interpretar os fenômenos e atribuir significados a eventos e fatos ao longo das mudanças ocorridas no capitalismo mundial e como a TMD atualizou-se para permitir a compreensão destes fatos. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa é essencialmente bibliográfica, desenvolvendo-se em torno de material já elaborado, especialmente artigos científicos e livros (Gil, 2010).

A Teoria da Dependência, em sentido amplo, reúne trabalhos de diversos pensadores e intelectuais, não compreendendo apenas a corrente marxista². Dessa diversificação, originaram-se interpretações do processo de dependência que em alguns momentos convergem e em diversos outros divergem, chegando até mesmo ao completo antagonismo teórico, em algumas análises. Sem procurar aprofundamento nas diversas vertentes da teoria da dependência e nos debates ocorridos entre elas, assunto que pode ser encontrado nos trabalhos de Santos (1998) e Prado (2011), este artigo utiliza apenas a vertente marxista, que possui como principais teóricos Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Na seção dois, é apresentado um histórico da TMD, indicando o contexto socioeconômico de seu surgimento e expostos seus principais conceitos. Na seção três, é apresentada a tese de que, a partir da década de 1970, desenvolve-se uma nova fase do sistema econômico mundial, tornando necessário repensar as categorias desenvolvidas pela TMD. Na quarta parte do trabalho, verifica-se como a literatura utiliza categorias TMD para compreender os fenômenos do capitalismo atual e sua relação com as nações latino-americanas. Por fim, o artigo é concluído, ressaltando a importância de manter a teoria atualizada e permanentemente crítica, como forma de ajudar na análise da situação latino-americana frente ao modo como esta região se insere no sistema capitalista.

¹ Estes motivos envolvem desde o início da ditadura militar no Brasil, em 1964, quanto o afastamento do debate desta teoria dentro do contexto hegemônica da ciência social na região. Martins (2013) e Prado (2013) analisam esta condição imposta à TMD.

² A definição desta vertente como marxista segue a divisão realizada por Amaral (2012), a qual entendemos ser a mais coerente em relação à teoria da dependência. Para uma análise sobre as diferentes classificações dos teóricos da Teoria da dependência ver Santos (1998).

Categorias da Teoria Marxista da Dependência

Formulada pela primeira vez na década de 1960, a TMD contestava interpretações das principais correntes teóricas da época sobre a condição de subdesenvolvimento da América Latina. A principal crítica da TMD dirigia-se à teoria de subdesenvolvimento formulada pela CEPAL. Esta indicava a deterioração dos termos de troca, ou seja, a grande participação de produtos primários na matriz exportadora da América Latina, como explicação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Dessa forma, propunha a industrialização, através da substituição de importações, como maneira a eliminar esta desigualdade na esfera de circulação de mercadorias (Love, 1990).

Possuindo como principais formuladores Raul Prebisch e Celso Furtado, as teses da CEPAL representaram uma crítica a concepção etapista de desenvolvimento, cuja formulação, de Rostow³ (1978 *apud* Amaral, 2012), considerava que o desenvolvimento de um país ocorreria em cinco etapas, em que nenhuma poderia ser burlada, levando, por fim, à formação de uma sociedade de consumo de massa, cuja expressão prática, atingida no fim desse processo, seria a sociedade norte-americana. Entretanto, na década de 1960, com o baixo crescimento dos países latino-americanos, a alta da inflação e a persistência de condições socioeconômicas precárias na maior parte da população desses países, surgem teorias críticas às concepções da CEPAL. A partir dessa situação, os teóricos da TMD desenvolveram diferentes categorias de análise, buscando compreender em que sentido a perpetuação da relação entre os países periféricos com os países centrais manteria as condições de pobreza e dificuldades sociais dos primeiros.

A primeira categoria de análise definida pela TMD é justamente a dependência. Para Marini (2005), esta categoria envolveria a relação de subordinação entre nações formalmente independentes, mas de tal forma que, internamente, os países subordinados perpetuam a situação de dependência. Marini frisa que a consequência da dependência não pode ser outra que não mais dependência, um processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, conforme citado por Frank (1967).

Na mesma linha de interpretação da dependência como perpetuação do subdesenvolvimento, Santos (1970) compreende a dependência como uma situação em que o desenvolvimento econômico de determinado país condiciona-se ao desenvolvimento de outros países, não podendo, o primeiro, desenvolver-se de acordo com suas próprias forças internas. Dessa forma, o próprio desenvolvimento dos países centrais levaria ao subdesenvolvimento dos países dependentes, perpetuando, internacionalmente, as condições de dependência. Com base nessa compreensão, Santos (2011) realiza uma divisão histórica do processo de dependência, utilizando como critérios para a divisão as relações dentro da economia mundial, os tipos de relacionamento entre as economias dependentes e centrais e as relações existentes dentro dos países dependentes. Este autor determina, historicamente, três formas de dependência: (i) dependência colonial, caracterizada pela relação monopolista entre metrópole e colônia, (ii) dependência financeiro-industrial, com os países dependentes produzindo matérias-primas consumidas nos países centrais e (iii) dependência

³ ROSTOW, Walt Whitman (1978). *Etapas do desenvolvimento econômico*. 6ª Edição. São Paulo: Ed. Zahar

tecnológico-industrial, com o capital transnacional deslocando parte de sua atividade para os países dependentes.

A dependência manifesta-se de maneira diversa nos diferentes países latino-americanos. Nesse sentido, a tipologia construída por Bambirra (2012) ajuda a compreender como, ao longo desse processo histórico de dependência, ela se diferenciou nos países latino-americanos. A autora divide os países dependentes em três grupos: (i) Tipo A; países com industrialização no entre guerras através de capital nacional, posteriormente desnacionalizado (ii) Tipo B; países com industrialização no pós-guerra, com capital estrangeiro e (iii) Tipo C; países que não se industrializaram.

Observa-se, portanto, a interpretação da dependência como um fenômeno dinâmico, relacionado à condição histórica e as especificidades dos países latino-americanos. Postula-se, nesse artigo, que uma atualização dessa componente histórica, em sintonia com as modificações do capitalismo neoliberal, aumentaria as possibilidades de compreensão da situação dos países nesse cenário.

A análise da dependência passa também por outras categorias que ajudam a entender a perpetuação dessa situação. As economias dependentes apresentam uma dificuldade de acumulação devido à transferência de mais-valia sob as condições do mercado de troca internacional. Para contornar esta condição, surgem formas específicas de acumulação, de maneira a garantir, para as classes capitalistas no interior das economias dependentes, a continuidade do processo de acumulação. Segundo a TMD, uma dessas características, específica dos países dependentes é a superexploração⁴ da força de trabalho (Marini, 2005).

A superexploração da força de trabalho funciona como uma forma de o capital, nos países dependente, recuperar a sua capacidade de acumulação, após o envio de parte da mais-valia produzida em tais países às nações centrais através dos intercâmbios desiguais. Esta situação relaciona-se com um mercado de trabalho com baixos salários, consequência de um amplo exército industrial de reserva (EIR) e intensivo em capital. Marini (2005) indica que essa superexploração nas economias dependentes caracteriza-se pela separação entre a esfera da circulação e a esfera da produção de mercadorias. Nessas economias, o consumo do trabalhador não interfere na realização do ciclo de produção, determinando, entretanto, a taxa de mais-valia.

Com base no conceito de superexploração, Amaral (2012) distingue quatro formas em que ela pode ocorrer. Elas são: (i) aumento da intensidade da jornada de trabalho, (ii) prolongamento da jornada de trabalho, (iii) apropriação, por parte do capitalista, da parcela do fundo do consumo destinado ao trabalhador (redução dos salários) e (iv) ampliação do valor da força de trabalho sem aumento salarial. As duas primeiras formas dizem respeito às categorias de mais-valia relativa e absoluta, respectivamente. A principal característica referente à superexploração do trabalho seria, portanto, a não remuneração suficiente da força de trabalho para a sua própria reprodução. Apesar de poder ocorrer em economias centrais, esta condição de expansão

⁴ Seguindo a definição marxista, conforme apontado por Carcanholo (2013), a exploração do trabalho corresponde a uma compreensão dialética referente aos valores de uso e de troca de mercadorias atribuídos à mercadoria força de trabalho. A exploração, neste caso, não teria caráter maniqueísta, sendo simplesmente a categoria que expressa o uso de determinada mercadoria, no caso, a mercadoria força de trabalho.

do capitalismo através da superexploração seria essencialmente características das economias dependentes. Dessa forma, nos países dependentes, as forças de acumulação existentes no capitalismo reproduzem-se de forma acentuada, reforçando suas contradições.

Analisando historicamente o processo de dependência, Marini (2005) indica que a necessidade de expansão das indústrias estadunidenses, levou à inevitabilidade de uma expansão industrial para os países dependentes em busca de lucro. Nesse sentido, deslocaram-se etapas tecnológicas inferiores, como siderurgia, para os países dependentes, enquanto etapas de “alta” tecnologia, como produção de computadores, permaneceram nos países centrais. Segundo Luce (2007a), este fenômeno, ocorrido principalmente após a Segunda Guerra Mundial, demonstrou a presença de países em um status intermediário entre centro e periferia e, conseqüentemente, o aumento da complexidade das relações internacionais, tornando necessária a articulação de uma explicação para tal fenômeno. Assim, as teses de Ruy Mauro Marini surgem, novamente, como uma forma de compreender este tipo de relação a partir de uma perspectiva marxista, buscando entender a inserção das economias latino-americanas dentro de um contexto capitalista e articulando dialeticamente o modo como esta inserção afetou as relações internas na América Latina. Dessa discussão surge a categoria do subimperialismo, essencial para a compreensão da forma como se relacionam os países latino-americanos.

Para recuperar parte da taxa de acumulação, pressionada pelo fraco mercado interno, consequência da superexploração do trabalho, e enviado para os países centrais através das trocas desiguais, alguns países dependentes recorreriam ao subimperialismo. Este ocorreria através da expansão de suas atividades para outros países dependentes ou do aumento do consumo do Estado (Marini, 2014). Ao explicar a forma de articulação do subimperialismo, Luce (2011) o define em um esquema em convergência de três condições, elencadas por Marini:

“(…)[O subimperialismo] combinação de três elementos elencados por Marini, ou seja, do mercado externo, com o Estado e o consumo suntuário/redistribuição regressiva da renda recebeu o nome de *esquema de realização do subimperialismo*. Tal esquema deve ser compreendido como uma *válvula de escape*, que cumpriu a função de restaurar a unidade entre produção e a realização do valor. Se a perspectiva da crise punha em risco a continuidade do ciclo do capital, o *esquema de realização do subimperialismo* permite restabelecer a unidade entre produção e circulação e, por conseguinte, a realização da mais-valia extraída dos trabalhadores.” (Luce, 2011, pp. 24).

O subimperialismo é, portanto, uma importante categoria para compreender a situação dos países dependentes. Da mesma forma, uma análise de suas transformações em função das modificações recentes na estrutura do capitalismo mundial torna-se útil para compreender com a dependência se articula na América Latina atual.

O surgimento de uma nova fase no capitalismo mundial

O dinamismo do sistema capitalista se reflete nas condições de dependência. Cabe, portanto, observar de que maneira estas mudanças ocorreram. David Harvey, em seu livro “O Neoliberalismo história e implicações” qualifica o período após a década de 1970 como a transição do, por ele chamado, “liberalismo

embutido” para o neoliberalismo. Para Harvey, “liberalismo embutido” seria o período imediatamente anterior às mudanças ocorridas, nos países centrais, a partir da década de 70. Classificado como “era de ouro” do capitalismo, esse período pautou-se pelo crescimento dos salários, aumento da regulamentação do Estado, elevação gastos públicos com vistas a financiar o crescimento capitalista e um equilíbrio no conflito de classes entre capital e trabalho, ao menos nos países centrais. Nesse período, viu-se, com o aumento de gasto público, a criação de um estado de bem-estar social, especialmente na Europa, com a constituição de previdências sociais, organização de acesso público à saúde e à educação e a participação do Estado em diversos setores da economia, como transporte, eletricidade, telefonia, entre outros (Harvey, 2005).

Essa concepção de Estado e de economia começa a ruir com as crises da década de 1970, aponta Harvey (2005). Países de grande importância na economia mundial, como Estados Unidos e Inglaterra passam a apresentar crises de estagnação econômica e alta inflacionária. Nesse período, os lucros capitalistas diminuem, possibilitando tentativas de modificações econômicas. Segundo Benner⁵ (2003 *apud* Amaral, 2012), essa queda na taxa de lucro decorreu do acúmulo excessivo de capacidade no setor manufatureiro dos países centrais, resultado dos efeitos das políticas keynesianas nesses países, que funcionaram como obstáculo para que a depressão atuasse no sentido de “limpar o terreno’ para novos períodos de expansão, como historicamente acontece” (Amaral, 2012. pp. 74). Eventos críticos de ordem mundial, como os choques do petróleo, funcionaram como catalisadores de modificações na economia.

Surgem, portanto, novas concepções do papel do Estado e novas relações internacionais trazendo, como consequência, modificações na estrutura da dependência. Práticas em busca de uma maior liberalização dos mercados, desregulamentação da economia e diminuição do papel do Estado, buscando criar um ambiente mais “competitivo” para o mercado caracterizaram a fase pós-1970 do capitalismo mundial.

Nesse período, ocorreram também um aumento nos processos de internacionalização e globalização do capital, com destaque para a esfera financeira, onde este movimento acentua-se ainda mais do que entre bens e serviços. Ocorre a expansão do capital financeiro, aumentando a acumulação realizada por esta via. Processos de abertura financeira e desregulamentação do setor bancário colaboraram com a expansão. Amaral (2012) caracteriza esse período como de mudança nas operações financeiras realizadas pelos bancos. Segundo a autora, nesse momento, empresas modificaram as formas de financiamento, retendo maior quantidade de lucros e conseguindo acesso a crédito de baixo custo, mecanismos que diminuem a necessidade das empresas buscarem de recursos financeiros nos bancos. Estes, por sua vez, voltaram-se para operações com indivíduos e famílias, fazendo com que parte significativa da sua renda viesse do pagamento de juros.

Observa-se que as mudanças descritas na forma de acumulação capitalista dizem respeito principalmente às mudanças em economias centrais. Segundo Harvey (2005), ao analisar a implementação do receituário

⁵ BRENNER, Robert (2003). *O Boom e a Bolha*. Rio de Janeiro: Editora Record.

neoliberal na Argentina e no México, estes portaram-se, inicialmente, de maneira passiva, aceitando as propostas de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para reformas neoliberais na economia, em troca de crédito para saída da crise da dívida, dos anos 1980. Outros órgãos internacionais, como a CEPAL, agiram no sentido de propagar o receituário neoliberal na América Latina. Duarte (2013) frisa o papel da comissão econômica na propagação destas reformas a partir da década de 1980. Ainda que sob a ótica de um “Neoestruturalismo” e dizendo contrapor-se à ideologia hegemônica neoliberal, as propostas apregoadas pela CEPAL, como forma de reformar as economias dos países latino-americanos, na tentativa de combater as crises no curto prazo e melhorar as economias no longo prazo, reproduziam as políticas neoliberais.

Harvey (2005) descreve as consequências práticas da utilização das políticas neoliberais por países latino-americanos, assinalando as constantes crises nos países dependentes a partir dos anos 1980, com crescimento da desigualdade, aumento do desemprego e baixo crescimento econômico. Esses efeitos apontam que a implementação dos preceitos neoliberais nos países dependentes, longe de afastá-los da dependência, modificou-a e aprofundou-a.

Amaral (2013) analisa a maneira com que foram postas em prática, nos países da América Latina, as ideias neoliberais. Em um primeiro momento, as reformas neoliberais nesses países ocorreram em um período de grande liquidez internacional, com amplos recursos de capital externo. Isso ocorreu em períodos como o de reciclagem dos chamados “petrodólares”⁶, com forte crescimento do endividamento dos países latino-americanos. Após as crises da dívida dos anos a 1980, surge a necessidade da sua rolagem, colocando as economias dependentes em uma situação passiva, de subordinação, perante movimentos financeiros internacionais. Posteriormente, o processo de implementação do receituário neoliberal ocorre de maneira ativa, com processos de desregulamentação e abertura financeira. Mesmo acontecendo através da iniciativa aparente dos países dependentes, este procedimento subordina-se às necessidades internacionais. Com base nas mudanças na economia mundial e nas mudanças internas nos países dependentes, cabe analisar como se reestruturaram as categorias da teoria da dependência no sentido de aplicá-las ao atual sistema econômico.

Aplicações das Categorias da Teoria da Dependência na atualidade

Ao analisar como a dependência modificou-se na história dos países latino-americanos, especialmente após a crise do petróleo de 1970, Amaral (2012) utiliza um recurso semelhante ao de Santos (1970), construindo uma tipologia da dependência para esses países. No período após a década de 1970, a autora aponta um aumento da extração de excedentes das economias dependentes derivados da balança de rendas, elevando os componentes da despesa de pagamentos de rendas, indicando uma tendência à queda de investimentos com algum retorno concreto nas economias dependentes.

⁶ O termo decorre da origem do capital utilizado na América Latina nesse momento. No caso, seria dólares originários da alta do preço do petróleo.

Entretanto, apesar da relevância deste elemento na situação dos países latino-americanos, é necessário compreender, segundo Amaral (2012), a existência, por trás da esfera financeira de circulação de capital, de uma realidade concreta do setor produtivo. Nesse sentido, a economia latino-americana não funciona apenas atraindo o capital financeiro internacional, mas como uma economia que reestruturou sua esfera produtiva para ancorar-se no sistema capitalista mundial como uma economia primário-exportadora, agravando a fragilidade de suas relações com a economia internacional e minando sua autonomia.

Para caracterizar uma nova fase de dependência, Amaral (2012) questiona que essa nova situação decorra simplesmente da situação macroeconômica da região. Torna-se necessário, segundo a autora, uma análise da esfera de produção no interior dos países latino-americanos. Retornando aos textos de Marini, Amaral indica que a homogeneização das tecnologias decorrente da globalização torna difícil burlar a lei do valor, decorre daí um acréscimo da importância da superexploração da força de trabalho, possibilitando a generalização de formas de exploração semelhantes à superexploração para economias centrais. Para a autora, a superexploração da força do trabalho deixa de ser uma característica distintiva da dependência, ainda que esteja presente. Passa-se, então, para uma dependência que tem como característica definidora a inferioridade tecnológica, situação decorrente da efemeridade dos processos tecnológicos e ligada à financeirização da economia por conta desta condição.

Esta análise corrobora com os estudos de Martins (2013), que observa a importância da contradição entre o desenvolvimento tecnológico e a queda nas possibilidades de mais-valia extraordinária. Martins frisa, entretanto, a permanência da superexploração da força de trabalho como uma categoria importante da dependência da América Latina na atualidade, ainda que o crescimento econômico e o aumento da demanda por *commodities* da China tenha causado uma reversão nos termos de troca, beneficiando, conjuntamente, as economias latino-americanas. Para o autor, conforme definido por Marini (2005), a superexploração da força de trabalho apresenta-se ao observarmos o aumento na qualificação do trabalhador latino-americano e um aumento na produtividade do trabalho na região, sem uma contrapartida na remuneração do trabalhador. Na América Latina, para Martins (2013), há uma orientação do setor produtivo para bens que não se destinam ao trabalhador. Como consequência, a produtividade se concentra em setores de alta tecnologia, em níveis 4,5 vezes maior do que setores de média tecnologia e 16 vezes superior a setores de baixa tecnologia. Tal configuração expressaria a superexploração do trabalho na região.

Em um estudo analisando a demonstração empírica da superexploração da força de trabalho no Brasil, Luce (2012) utiliza parâmetros socioeconômicos para indicar a continuidade e mesmo incremento da situação de superexploração do trabalho, ainda que conjuntamente, durante a última década, a condição dos trabalhadores brasileiros tenha melhorado em termos salariais. Para tanto, realiza esta análise dividindo em três as possíveis maneiras de aumento da superexploração da força de trabalho: através do prolongamento da jornada de trabalho, do aumento da intensidade do trabalho e da defasagem entre o valor histórico-social da força de trabalho e sua remuneração.

Luce (2012) indica o prolongamento e intensificação da jornada de trabalho como indicadores da presença da superexploração da força de trabalho no Brasil. O aumento da jornada de trabalho ocorre com a criação de mecanismos trabalhistas, como o banco de horas, onde os trabalhadores aumentam sua jornada de trabalho sem uma contrapartida financeira, ou com a jornada de trabalho excedendo o conteúdo legal de maneira irregular. Como indicadora da elevação da intensidade da jornada de trabalho, o autor utiliza o aumento de doenças laborais, por exemplo, o aumento de afastamentos causados por acidentes de trabalho na indústria automobilística e entre cortadores de cana. Em ambos os setores, se verifica um acréscimo na intensidade de trabalho.

Para Luce (2012), outro fator de superexploração é a defasagem entre o valor histórico-social da força de trabalho e sua remuneração. Nesse sentido, cabe a observação de que o valor da força de trabalho relaciona-se com o surgimento de novas necessidades sociais. Entretanto, o avanço das forças produtivas não costuma gerar concessões aos trabalhadores, disparidade apresentada pelo autor na comparação entre aumento da produtividade do trabalho e o salário praticado. Além disso, determinadas condições sociais específicas, como aumento do tempo de deslocamento do trabalhador entre sua residência e o local de trabalho também são indicadores de um aumento do desgaste da força de trabalho.

A análise de Luce (2012) tem enorme relevância por sua abordagem empírica da manifestação das superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, parte-se de nível mais elevado de abstração, ou seja, da categorização da dependência, para um nível mais concreto, onde a superexploração é percebida como parte da realidade das classes trabalhadoras dos países dependentes. A nosso ver, entretanto o, ainda falta uma ligação entre superexploração da força de trabalho com a dependência percebida nas relações entre países dependentes e centrais. Sem essa ligação, não diferenciamos a situação de superexploração nos países dependentes desta condição nos países centrais.

Cabe ressaltar, quanto à superexploração da força de trabalho e sua aplicação no contexto atual dos países dependentes, a existência de divergências, entre os estudiosos da TMD, da sua aplicação se restringir aos países dependentes ou ter se ampliado, devido às condições atuais do capitalismo, aos países centrais. Massa (2013) analisa esta divergência, classificando os autores entre: (i) os que interpretam a superexploração da força de trabalho apenas como a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, podendo aparecer em situações conjunturais nos países centrais e (ii) os que afirma a existência de especificidades no capitalismo dependente que justificam a aplicação das categorias de superexploração da força de trabalho apenas para essas economias. Em nossa concepção, a hipótese de ampliar a categorias de superexploração para os países centrais feriria o próprio conceito de dependência. Nesse sentido, a superexploração da força de trabalho pode apenas ser interpretada em um contexto de relação de dependência entre os países.

Quanto ao subimperialismo, constata-se, no trabalho de Luce (2007a), a indicação de que, com as políticas neoliberais, o subimperialismo, na forma estudada por Marini (2012), arrefeceu. Para o autor, em períodos como o governo Collor e de Fernando Henrique Cardoso, o posicionamento subimperialista do Brasil

enfraquece-se em favor de um completo alinhamento com as políticas neoliberais propagadas pelas potências hegemônicas. Conforme observado anteriormente, neste período ocorre um posicionamento ativo dos países da região latino-americana no sentido das políticas neoliberais.

Entretanto, com a chegada ao poder no Brasil do governo Lula, o subimperialismo brasileiro volta a ganhar força. Esta situação é citada por Amaral (2013) com referência à internacionalização do capital brasileiro, tanto através da compra de ações latino-americanas, processos de fusão e investimentos diretos estrangeiros (IDEs) em países da América Latina. Para Luce (2007a), o subimperialismo brasileiro no século XXI diferencia-se do existente no período da ditadura militar, estudado por Marini, pois este se voltava fortemente para o militarismo; agora, o subimperialismo brasileiro constrói-se em torno da “coerção-consenso” (Luce, 2007a). A novidade do processo de subimperialismo ocorreria com base no discurso de que as políticas são voltadas para a redução de assimetrias no continente, dando o nome a esta nova forma de subimperialismo de “social-liberal”.

Luce (2007b) analisa a relação entre Brasil, EUA e demais nações latino-americanas no âmbito do imperialismo hegemônico e do subimperialismo brasileiro durante o governo Lula. Para o autor, longe de surgir como uma posição oposta aos interesses estadunidenses, neste período, a política externa brasileira, especialmente em relação aos demais países latino-americanos, funcionou de maneira a alinhar-se aos interesses da potência hegemônica, atuando de forma a amortecer as relações entre os EUA e demais países na América Latina⁷. Luce (2007b) analisa as necessidades estadunidenses em estabelecer um aliado na América Latina, de maneira a possibilitar que o subimperialismo brasileiro volte à tona na região. Identifica-se o crescente movimento de radicalização das massas populares como uma motivação da atuação de um país como o Brasil no sentido de preservar os interesses estadunidenses na América Latina. Na interpretação de Luce (2007b), a partir desse interesse de preservação, reedita-se uma situação de cooperação antagônica, onde uma potência de segunda grandeza choca-se com uma potência central na busca por conquistar influência regional, sem, entretanto, contrapor-se plenamente aos interesses imperialistas na região. Dada esta condição, no governo Lula, a atuação brasileira no âmbito internacional é compreendida pelo autor como uma posição subimperialista, onde em alguns momentos os interesses brasileiros e americanos chocam-se sem, entretanto, questionar a hegemonia latino-americana na região e o Brasil atua no sentido de atenuar as relações entre os EUA e demais países latino-americanos. Inclusive as iniciativas de integração da América Latina são interpretadas dentro do contexto do subimperialismo, com, por exemplo, uma degradação dos termos de troca dos parceiros comerciais da região em acordos com o Brasil, como no âmbito do Mercosul, por exemplo.

Carcanholo e Saludjian (2012) corroboram com a ideia da importância do subimperialismo na atualidade das relações de dependência da América Latina. Segundo a análise desses autores, na situação de

⁷ Luce (2012) designa tal situação como integração hierárquica piramidal, onde o Brasil situa-se numa posição intermediária entre o poder do central e a periferia.

subimperialismo, a nação subimperialista replica, com outras nações dependentes que apresentam menores produtividades, a sua relação com os países centrais. Em seu estudo, Carcanholo e Saludjian (2012) indicam que, com os processos de modificação das economias sul-americanas desde a década de 1990, com sua abertura e liberalização e o efetivo peso da China nas exportações da região, a região acabou empobrecida tecnologicamente e sua economia reprimarizou-se. Nesse contexto, o Brasil assume uma função basilar no capitalismo transnacional, atuando através de um papel subimperialista no contexto de integração regional. A partir daí, ocorre uma heterogeneidade das economias da América do Sul, aprofundando a dependência e o subimperialismo na região. Verifica-se, portanto, a pertinência e atualidade das categorias da teoria da dependência, ainda que haja importantes distinções entre a sua forma atual e a desenvolvida durante a formulação da teoria.

Conclusão

Analisando as novas formas de inserção das economias latino-americanas no sistema capitalista mundial verificamos, portanto, que as modificações da dependência, longe de afastarem os países desta condição, apenas modificam-na e em alguns casos a aprofundam-na. Sob as reformas e condições neoliberais, sendo elas impostas ou buscadas ativamente pelos países, estes ficaram mais susceptíveis as crises do capitalismo mundial, acentuaram a extração de mais-valia para os países centrais e, conseqüentemente, a superexploração da força de trabalho nos países dependentes. No setor produtivo, na esfera onde central da reprodução do sistema capitalista, observamos uma reprimarização da economia, uma espécie de retorno à condição de dependência existente no início do século XX.

A partir do final de década de 1980, mudanças nas condições internas e externas dos países latino-americanos permitiram que estes alcançassem, na esfera política, um patamar de democracia representativa, ainda que conte com algumas distorções e crises políticas. Entretanto, os ganhos não atingiram outros problemas dos países latino-americanos. Ainda hoje, a maioria possui uma elevada desigualdade, pobreza e instabilidade econômica. O prometido desenvolvimento em torno de políticas neoliberais não ocorreu e os problemas anteriores à sua implementação permanecem.

A ideologia neoliberal permeou boa parte das instituições e organizações dos países latino-americanos, dificilmente surgem propostas que escaparam às suas concepções, o que torna complexo o estabelecimento de uma oposição a este pensamento. Faz-se necessário, portanto, neste momento, a recuperação de teorias crítica a estas ideias, buscando novas respostas aos problemas dos países da América Latina. A recuperação recente da teoria da dependência cumpre, parcialmente, este papel. Também é necessário, entretanto, recuperar a prática política existente em outros momentos para uma atuação no sentido de colocar novas questões e impor dificuldades a ação prática da teoria hegemônica, visando compor novas formas de luta e trazer ganhos a toda a sociedade, especialmente nos países dependentes.

Referências bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 147f. Tese (Doutorado em Economia). – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

_____. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. Revista Pensata. São Paulo. v. 3, n.1, p. 80 - 96 nov. 2013

BAMBIRRA, Vânia. O capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias e SALUDJIAN, Alexis. Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América Latina. In: Political economy and the outlook for capitalism, 2012, Paris (França).

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Entre o desenvolvimento e a dependência: uma crítica ao neoestruturalismo cepalino. Revista Pensata. São Paulo. v. 3, n.1, p. 97 - 123. nov. 2013

FRANK, Andre Gunder. El Desarrollo del subdesarrollo. Pensamiento Critico. Havana. v. 7, n. 1, pp 159-172, 1967

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008. (Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves)

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOVE, Joseph L. The origins of dependency analysis. Journal of Latin American Studies, v. 22, n.1, 1990, pp. 143-168..

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007a. 136f. Dissertação (Mestrado em relações internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. O Imperialismo hegemônico e o Subimperialismo brasileiro: diagnósticos e alternativas. In: XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007b.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo, v. 32, n.1, pp.119-141, jun. 2012

_____. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini : contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital : a história de uma categoria 2011. 225f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. 2011

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução Florianópolis: Insular, 2014.

MASSA, Andrei Chikhani. Superexploração da força de trabalho, uma categoria em disputa. 2013. 91f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. Revista Crítica Marxista. Campinas. V.32 n.1, pp127-146. 2011.

PRADO, F. C. Vânia Bambilra e o marxismo crítico latino-americano. Rebelar, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 152-160, 2011

SANTOS, Theotonio. The structure of dependence. The American Economic Review, V. 60, n. 2, pp. 231-236, mai. 1970.

_____. La teoría de la dependencia un balance histórico y teórico. In SEGREGA, Francisco López Caracas. Los retos de la globalización. Ensayo en homenaje a Theotonio Dos Santos.: Caracas: Ed. UNESCO. 1998.

_____. Imperialismo y Dependencia. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011.

SEVERINO, A. J., Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2015.